



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2026
(Da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado)

Requer Informações à Ministra dos Povos Indígenas sobre a presença de infraestrutura de treinamento de organizações criminosas na Terra Indígena Tereza Cristina (MT).

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito, ouvida a Mesa, o encaminhamento deste Requerimento à Ministra dos Povos Indígenas, a fim de prestar as informações abaixo, sobre a presença de infraestrutura de treinamento de organizações criminosas na Terra Indígena Tereza Cristina, no Mato Grosso.

Incumbe salientar que a solicitação decorre da aprovação, nesta Comissão, do Requerimento nº 110/2026, de autoria do Deputado General Pazuello, na reunião deliberativa realizada em 24 de março de 2026.

Com o intuito de prestar esclarecimentos a esta Honrosa Casa, solicitam-se as seguintes informações:

- 1) Qual o nível de conhecimento do Ministério dos Povos Indígenas e da Funai sobre a instalação de bases de treinamento e logística do Comando Vermelho na TI Tereza Cristina antes da operação de março de 2026?
- 2) Existe algum monitoramento na área? Se sim, desde quando e como vem sendo feito tal monitoramento?
- 3) Existem relatos ou registros de aliciamento de indígenas, especialmente adolescentes, para estes centros de treinamento?
- 4) Quais as providências tomadas para garantir a segurança dos povos indígenas da região após a descoberta do centro de treinamento no território?
- 5) Como o Ministério está articulado com o Ministério da Justiça e Segurança Pública para impedir que terras indígenas no Mato Grosso continuem a ser utilizadas como entrepostos para o narcotráfico e treino de milícias do crime organizado?





6) Quais os protocolos de monitorização territorial ativa que estão a ser implementados na TI Tereza Cristina e em outras áreas críticas de Mato Grosso, como a Terra Indígena Sararé, para detectar bases clandestinas semelhantes?

7) O Ministério está coordenando ações com o Ministério da Defesa e com Ministério da Justiça e Segurança Pública, para monitorar demais Terras Indígenas?

JUSTIFICATIVA

Segundo matéria jornalística divulgada na mídia nacional, a Polícia Civil do estado do Mato Grosso, no último dia 13, desarticulou um centro de treinamento criado por integrantes de uma facção criminosa dentro de uma área indígena em Santo Antônio de Leverger, nas proximidades do Rio São Lourenço, a 35 km de Cuiabá.¹

Conforme noticiado, o local era usado para preparar membros do grupo em técnicas de sobrevivência na selva e táticas de guerrilha, com uso de armamentos de grosso calibre, como fuzis calibres .556 e .762; pistolas .40 e 9mm, além de metralhadora. Ademais, referida base era usada como logística para o tráfico internacional de entorpecentes.

A denúncia do uso de áreas indígenas pelo crime organizado no Brasil tem se tornado cada vez mais frequente, ameaçando as terras e as populações indígenas e ribeirinhas.

Na região do Alto Solimões, existe um poder capaz de ditar o que pode e o que não pode ao seu redor. O Comando Vermelho, facção criminosa que se originou no Rio de Janeiro e uma das primeiras a se expandir para o Norte do País, comanda o narcotráfico transnacional. Sem se importar com a tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, o crime avança com sua ocupação ilegal, ameaça os povos indígenas e desintegra a maior força protetora do meio ambiente².

¹ <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2026/03/13/facao-mantinha-treinamento-de-sobrevivencia-na-selva-em-aldeia-indigena-de-mt-diz-policia.ghml>

² <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/229567>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Convém recordar que em dezembro de 2025 a FUNAI denunciou a presença de membros da facção criminosa Comando Vermelho em terras indígenas de Mato Grosso, com registro de chacinas e pratica de garimpo³.

É cediço que compete ao Ministério dos Povos Indígenas, em coordenação com Ministério da Defesa e da Justiça e Segurança Pública, a defesa, o usufruto exclusivo e a gestão dos territórios indígenas, o que vem sendo diretamente violado pela presença de facções criminosas.

Desta forma, ante a gravidade das denúncias, com foco na argumentação exposta, solicitam-se as informações.

Sala das Comissões, em 24 de março de 2026.

(Assinado eletronicamente)
Deputado Coronel Meira (PL-PE)
Presidente da CSPCCO

³ <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2025/12/25/funai-denuncia-presenca-macica-do-cv-em-terra-indigena-em-mt.ghtml>

